

**ESCRITURA PARTICULAR DA 10ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA  
ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA  
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA  
ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**

ENTRE

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
*como Emissora,*

**C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
*representando a comunhão dos titulares  
subscritores das debêntures objeto da presente emissão,*

*e, na qualidade de Intervenientes Garantidoras*

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A.,**

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A.,**

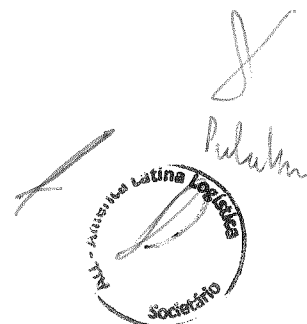
**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A., e**

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.**



Datado de  
25 de setembro de 2012

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





**ESCRITURA PARTICULAR DA 10ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Emílio Bertolini, 100 - sala 1, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.387.241/0001-60, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

De outro lado,

**C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, 270, conjunto 601, Centro, CEP 80020-319, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 82.016.270/0001-55, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário") e, em conjunto com a Emissora, "Partes";

E, na qualidade de intervenientes garantidoras:

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Emílio Bertolini, 100 - sala 1, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.258.944/0001.26, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("ALL – Malha Sul");

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, KM 24,2 - sala 4, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 39.115.514/0001.28, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("ALL – Malha Oeste");

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, KM 24,2 - sala 2, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.502.844/0001.66, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("ALL – Malha Paulista"); e

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 2000 - sala 308, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.962.466/0001.36, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("ALL – Malha Norte") e, em conjunto com ALL – Malha Sul, ALL – Malha Oeste e ALL – Malha Paulista, "Intervenientes Garantidoras".

Vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente "*Escritura Particular da 10ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da ALL – América Latina Logística S.A.*" ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições:



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 24 de setembro de 2012 (“RCA da Emissora”), conforme faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) na qual foram deliberadas (i) aprovação da Emissão (conforme abaixo definido), bem como seus termos e condições; e (ii) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da Emissora.

1.2. A garantia fidejussória outorgada pelas Intervenientes Garantidoras no âmbito das Debêntures é concedida com base nas deliberações societárias de cada uma das Intervenientes Garantidoras tomadas em: (i) Reunião do Conselho de Administração da ALL – Malha Sul realizada em 24 de setembro de 2012 (“RCA ALL - Malha Sul”), com base na Lei das Sociedades por Ações; (ii) Reunião do Conselho de Administração da ALL – Malha Oeste realizada em 24 de setembro de 2012 (“RCA ALL - Malha Oeste”), com base na Lei das Sociedades por Ações; (iii) Reunião do Conselho de Administração da ALL – Malha Paulista realizada em 24 de setembro de 2012 (“RCA ALL - Malha Paulista”), com base na Lei das Sociedades por Ações; e, (iv) Reunião do Conselho de Administração da ALL - Malha Norte realizada em 24 de setembro de 2012 (“RCA ALL - Malha Norte”), com base na Lei das Sociedades por Ações. Todas, quando referidas em conjunto, “RCAs da Garantia”.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

### 2.1. Dispensa automática do registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”)

A 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, nominativas, escriturais, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), sob regime de garantia firme de colocação, será distribuída nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”).

2.1.1. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de emissão pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Emissões Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

### 2.2. Arquivamento e Publicação da Ata de RCA da Emissão e das Atas de RCAs da Garantia

2.2.1. A ata da RCA da Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná (“JUCEPAR”) e será publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná (“DIOE”) e no Jornal “Gazeta do Povo”, conforme disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da (i) RCA ALL - Malha Sul será arquivada na JUCEPAR e será publicada no DIOE e no jornal “Gazeta do Povo”; (ii) RCA ALL - Malha Oeste será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP (“JUCESP”) e será publicada no Diário Oficial



3º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal “O Dia”; (iii) RCA ALL - Malha Paulista será registrada na JUCESP e será publicada no DOESP e no jornal “O Dia”; e (iv) RCA ALL - Malha Norte será registrada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso - JUCEMAT e será publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso e no jornal “A Gazeta de Cuiabá”.



### 2.3. Inscrição da Escritura de Emissão na JUCEPAR

A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEPAR, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. Registro da Garantia Fidejussória no Registro de Títulos e Documentos

Em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em decorrência da constituição da garantia fidejussória outorgada pelos Intervenientes Garantidoras, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na sede de cada parte.

### 2.5. Autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”)

A Oferta Restrita será previamente autorizada pela ANTT ou, em resposta ao pedido feito pela Emissora para a ANTT anuir quanto à 10ª emissão de Debêntures, a ANTT informará que não é necessária a sua autorização para a realização da Oferta Restrita.

### 2.6. Autorização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

A Oferta Restrita será previamente autorizada pelo BNDES, nos termos das “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”.

### 2.7. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e para negociação no mercado secundário no SND - Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados (“CETIP”), sendo as distribuições e negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.7.1. Não obstante o descrito na Cláusula 2.7. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.5.3 abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das disposições do artigo 17 da referida Instrução.

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

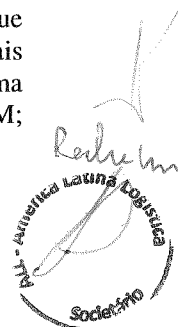
### 3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social desenvolver as atividades descritas a seguir, diretamente, ou através das sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação de que participe ou venha a participar: (a) prestar serviços de transporte de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM;



4

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





(b) explorar atividades relacionadas direta ou indiretamente aos serviços de transporte mencionados na alínea anterior, tais como planejamento logístico, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem, armazéns gerais e entrepostos aduaneiros do interior; (c) importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e emprestar contêineres, locomotivas, vagões e outras máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores; (d) realizar operações de comércio, importação, exportação e distribuição de produtos e gêneros alimentícios, em seu estado "in natura", brutos, beneficiados ou industrializados, bem como o comércio, a importação, a exportação e a distribuição de embalagens e recipientes correlatos para acondicionamento dos mesmos; (e) executar todas as atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Emissora, e (f) participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado com qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores.

### 3.2. Número de Emissão

A presente Escritura de Emissão contempla a 10ª emissão de Debêntures da Emissora, que serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476.

### 3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 4.1.8 abaixo), a serem distribuídos sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos da Cláusula 3.5 abaixo e do Contrato de Distribuição (conforme definido na Cláusula 3.5.1 abaixo).

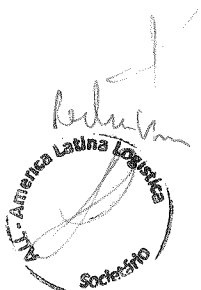
### 3.4. Destinação dos Recursos

A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures será utilizada para alongamento do perfil da dívida da Emissora e capital de giro da Emissora.

### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, a ser prestada de forma individual e não solidária pela Caixa Econômica Federal ("Coordenador Líder"), pelo BB – Banco de Investimento S.A. ("BB-BI") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e, em conjunto com o Coordenador Líder e o BB-BI, "Coordenadores"), nos termos do "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob o regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Quirografárias, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Décima Emissão Pública da ALL – América Latina Logística S.A.*" ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.





3.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão, são considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

3.5.5. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Emissão a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Emissão, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

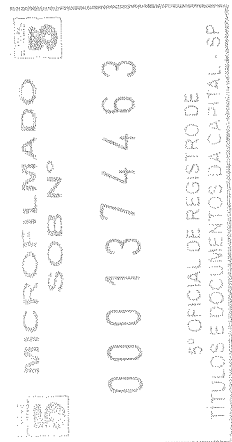
3.5.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em subscrever as Debêntures.

### 3.6. Banco Mandatário

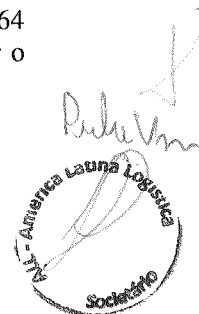
O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Edydio de Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Mandatário”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha suceder o Banco Mandatário na prestação dos serviços de Banco Mandatário previstos nesta Escritura de Emissão).

### 3.7. Agente Escriturador

O Agente Escriturador das Debêntures objeto da Oferta será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Agente Escriturador”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente Escriturador na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão).



**6º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em uma única série.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem emissão de cauteles ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriitor. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.1.6. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.7. Convertibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de outubro de 2012 ("Data de Emissão").

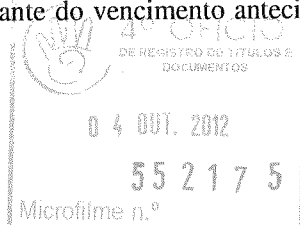
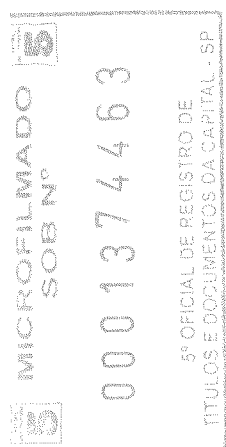
4.1.9. Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 01 de outubro de 2017 ("Data de Vencimento").

### 4.2. Atualização Monetária, Amortização e Remuneração

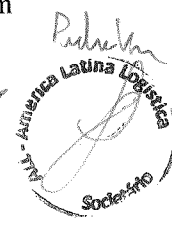
4.2.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.

4.2.3. Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada, diariamente, pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa "*pro rata temporis*", por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização (conforme definido na Cláusula 4.3.1 abaixo) ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (conforme definido na Cláusula 4.2.4 abaixo), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ou a Data de Vencimento ou a data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um



7º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





dos Eventos de Inadimplemento (conforme definidas na Cláusula 5.1 abaixo), conforme o caso e paga ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula a seguir (“Remuneração”).

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J = valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI<sub>k</sub> = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

Dik = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

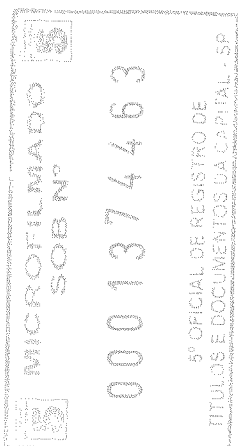
FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

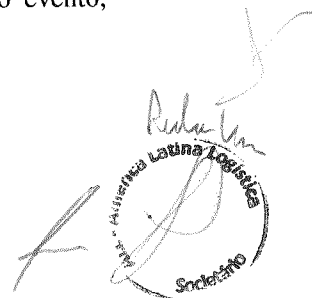
onde:

spread = 1,3000;

DP = É o número de dias úteis entre a Data de Integralização ou último evento, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;



8º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR







O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures, exclusive.

4.2.3.1. No caso de indisponibilidade temporária por até 10 (dez) dias consecutivos da Taxa DI quando do pagamento da Remuneração, será utilizada, em sua substituição, para apuração de  $TDI_k$ , o valor da última taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.3.2. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro dia útil seguinte ao término do prazo de 10 (dez) dias ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

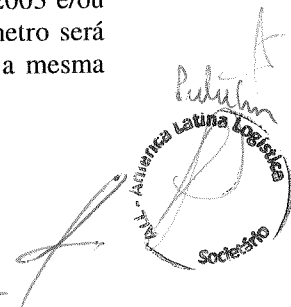
4.2.3.3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.3.4. No caso de extinção ou impossibilidade legal ou por determinação judicial de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro que vier a legalmente substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da substituição, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para ratificar o parâmetro a ser aplicado.

4.2.3.5. Caso não seja legalmente prevista taxa de substituição da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal ou por determinação judicial de aplicação da Taxa DI, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13 de 14 de março de 2003 e/ou regulamentação aplicável, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.



9 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





4.2.3.6. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.2.2 abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI divulgada oficialmente, conforme o caso; ou
- (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora e aprovado pelos debenturistas, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do inciso I do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na AGD a que se refere esta Cláusula.

4.2.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração será feito em 10 (dez) parcelas semestrais e consecutivas, nos dias 01 de abril e 01 de outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido no dia 01 de abril de 2013 e último na Data de Vencimento, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 5.1 abaixo) ("Data de Pagamento da Remuneração").

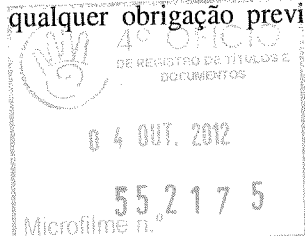
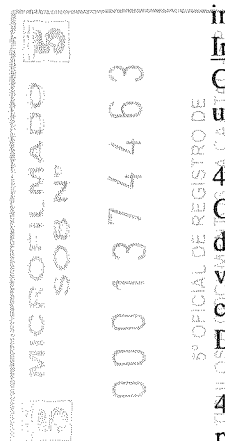
4.2.4.1. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

#### 4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

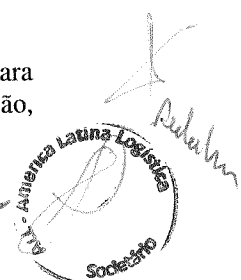
4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: Todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data. A integralização será à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

4.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura de Emissão, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados (a) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (b) por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão,



10 OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas.

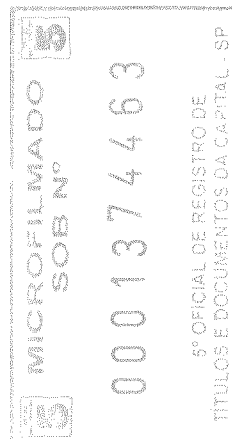
4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto na Cláusula precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Mandatário, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

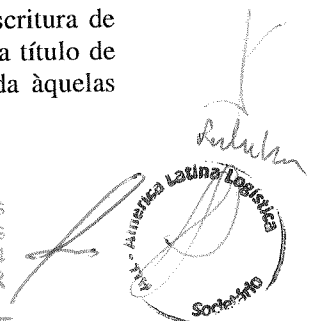
#### 4.4. Garantia Fidejussória

4.4.1. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, incluindo encargos moratórios das Debêntures, assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita ("Obrigações Garantidas"), as Intervenientes Garantidoras comparecem à presente Escritura de Emissão, como fiadoras, principais pagadoras e solidariamente responsáveis, nos termos do artigo 275 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), por todas as obrigações assumidas pela Emissora em relação às Debêntures, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, e renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, divisão e quaisquer direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança").

4.4.2. As Obrigações Garantidas serão pagas pelas Intervenientes Garantidoras no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário a qualquer uma das Intervenientes Garantidoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração das Debêntures ou encargos de qualquer natureza, ou ainda àquelas



112º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





devidas ao Agente Fiduciário. Os pagamentos serão realizados pelas Intervenientes Garantidoras fora do sistema da CETIP e diretamente a favor dos titulares das Debêntures.

4.4.3. Nenhum pagamento será objeto de eventual compensação pelas Intervenientes Garantidoras e todos os pagamentos deverão ser feitos sem dedução de quaisquer retenções de tributos, taxas ou contribuições de qualquer natureza incidentes ou que venham a incidir sobre o pagamento de qualquer valor devido sob a Fiança.

4.4.4. A Fiança é prestada no âmbito desta Escritura de Emissão independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

4.4.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora será admitida ou invocada pelas Intervenientes Garantidoras com o fim deste escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no âmbito desta Escritura de Emissão.

4.4.6. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida e vigente em todos os seus termos até a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas. As Intervenientes Garantidoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas.

4.4.7. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nas Debêntures, na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta Restrita ou ainda caso qualquer das Intervenientes Garantidoras deixe de ser controlada da Emissora.

4.4.8. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário a qualquer das Intervenientes Garantidoras e por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

4.4.9. As Intervenientes Garantidoras se sub-rogarão no crédito devido pelos Debenturistas contra a Emissora na proporção das Obrigações Garantidas observando sempre o disposto no artigo 350 do Código Civil. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas, com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas, sendo certo que os créditos objeto da sub-rogação serão considerados subordinados para todos os efeitos, inclusive para os fins do artigo 83, inciso (vii), alínea "a" da Lei n.º 11.101/05, conforme alterada.

4.4.10. Esta Escritura de Emissão deverá ser arquivada para registro em até 30 (trinta) dias da presente data nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na sede de cada parte em atendimento ao disposto no artigo 129, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

#### 4.5. Repactuação

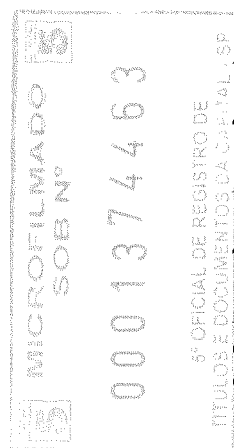
As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

#### 4.6. Resgate Antecipado

As Debêntures não poderão ser resgatadas antecipadamente

#### 4.7. Aquisição Facultativa

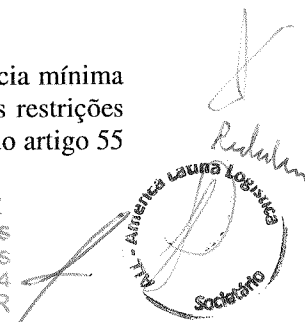
A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, observadas as restrições de negociação e prazo previstas na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55



04 OUT. 2012  
55 217 5

Microfilme n.º

12.º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mai Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





da Lei das Sociedades por Ações: (i) por valor igual ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, desde que observe, em ambos os casos, as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

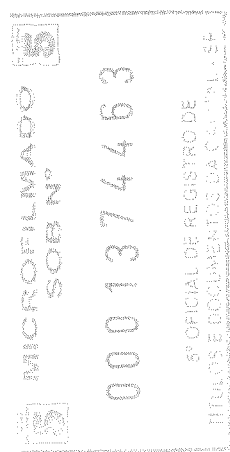
#### 4.8. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, em até 10 (dez) dias, na forma de avisos, no DIOE e no jornal “Gazeta do Povo”, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores ([www.all-logistica.com/port/index.htm](http://www.all-logistica.com/port/index.htm)).

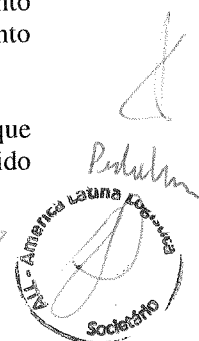
### CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nos itens a seguir, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas, sujeito ao disposto nas Cláusulas 5.2 e 5.3 abaixo, todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Eventos de Inadimplemento”):

- (i) descumprimento, pela Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Distribuição, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão ou demais documentos relativos à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Distribuição, não sanada no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (iii) ocorrência de (i) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras; (ii) decretação de falência da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras que não tenha sido devidamente elidido por estas no prazo legal; (iv) ingresso pela Emissora, e/ou pelas Intervenientes Garantidoras em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (v) qualquer evento análogo que caracterize o encerramento das atividades da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras;
- (iv) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras, que não sejam sanados no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência do referido



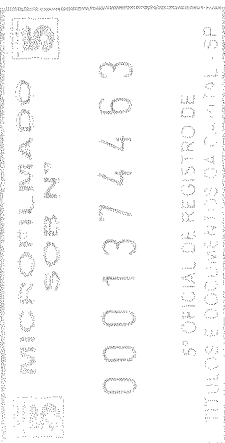
132º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



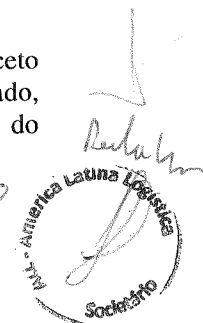


protesto, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, ou que possam configurar, em face das circunstâncias e a critério dos Debenturistas, estado de insolvência da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras ou risco de inadimplemento no pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que legalmente comprovado pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, conforme o caso, no prazo aqui mencionado;

- (v) mudança de controle acionário direto ou indireto da Emissora (não sendo consideradas para esse fim alterações (i) na titularidade das ações vinculadas nos termos do 8º Aditivo ao Acordo de Acionistas entre acionistas da Emissora signatários de tal Aditivo, ou (ii) entre estes acionistas e suas respectivas sociedades controladoras ou controladas e sociedades ou fundos de investimento sob controle comum), exceto quando previamente aprovada por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação reunidos em AGD especialmente convocada para esse propósito;
- (vi) alteração do controle acionário, direto das Intervenientes Garantidoras, exceto: (i) se os atuais titulares do controle acionário direto das Intervenientes Garantidoras mantiverem sua participação sob o percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do total de ações por eles detidas; ou (ii) mediante prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o *quorum* de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. Não serão consideradas para esse fim as transferências de ações realizadas (i) entre acionistas controladores, ou (ii) entre os acionistas controladores e suas respectivas sociedades controladoras ou controladas e sociedades ou fundos de investimento sob controle comum;
- (vii) alteração do objeto social da Emissora de forma que a Emissora deixe de atuar nos mercados em que atua na data de celebração da Escritura de Emissão, ou realização de qualquer negócio não abrangido pelo mencionado objeto, que implique em redução da capacidade de pagamento da Emissora, a critério dos Debenturistas, exceto se referida alteração ou realização de tal negócio for previamente aprovada por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (viii) liquidação, dissolução, incorporação, fusão, cisão da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, que possam, de qualquer modo, a exclusivo critério dos Debenturistas, reunidos em AGD a ser convocada, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, conforme o disposto na legislação vigente;
- (ix) inadimplemento de qualquer dívida financeira da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e não seja sanado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de pagamento no respectivo instrumento, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M;
- (x) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras contraídas pela Emissora ou pelas Intervenientes Garantidoras, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M;
- (xi) resgate ou recompra de ações da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, exceto se: (i) referido resgate ou recompra corresponder a um valor, individual ou agregado, em cada ano, correspondente a, no máximo, 15% (quinze por cento) do valor do



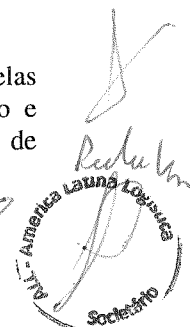
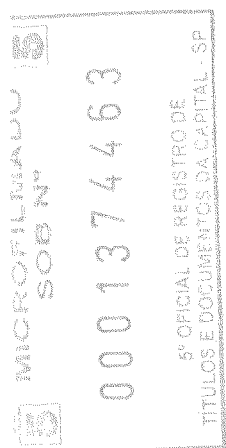
**14º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





patrimônio líquido da Emissora levantado com base na última demonstração financeira publicada; ou (ii) mediante prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o *quorum* de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

- (xii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiii) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, respeitada a legislação aplicável;
- (xiv) caso se verifique que qualquer declaração prestada pela Emissora e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras é falsa, imprecisa ou enganosa;
- (xv) caso qualquer documento relativo à Oferta Restrita ou qualquer uma de suas disposições relevantes forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor, em virtude de decisão judicial, sentença ou acórdão transitado em julgado (ou instituto jurídico de mesma natureza na jurisdição aplicável);
- (xvi) não cumprimento, no prazo determinado, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, de natureza condenatória, em face da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M;
- (xvii) perda, caducidade, cassação, encampação ou extinção, por qualquer outro motivo, da concessão outorgada pela União Federal às concessionárias controladas pela Emissora, que têm por objeto a exploração e desenvolvimento do transporte ferroviário de carga, e/ou perda, caducidade, cassação, encampação ou extinção de concessões, exceto aquelas outorgadas pelo governo argentino à América Latina Logística, Central Sociedad Anônima e à América Latina Logística Mesopotámica S.A. para a administração e exploração de ferrovias na Argentina;
- (xviii) se as obrigações pecuniárias aqui assumidas pela Emissora deixarem de concorrer, no mínimo, *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (xix) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte (i) na perda pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, conforme o caso, da propriedade ou posse direta de mais de 20% (vinte por cento) dos ativos da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, ou (ii) na incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras;
- (xx) ocorrência de qualquer procedimento de sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora ou das Intervenientes Garantidoras, cujo valor contábil individual ou agregado seja superior a 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras à época, levantado com base na última demonstração financeira publicada, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de seu início;
- (xxi) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de





subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) ou de ativos essenciais à sua atividade cujo valor individual ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, ou seu contravalor em outras moedas, caso não haja aplicação integral, no prazo de 30 (trinta) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora e/ou às Intervenientes Garantidoras, conforme o caso, no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: (i) a Emissora; (ii) quaisquer controladoras ou controladas, diretas ou indiretas, da Emissora; e (iii) quaisquer coligadas da Emissora;

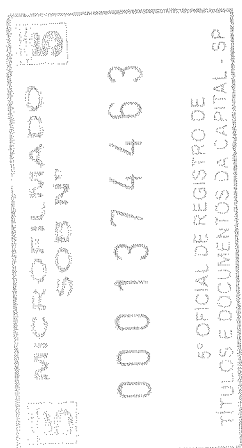
- (xxii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para este fim;
- (xxiii) redução de capital social da Emissora, após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxiv) caso sejam desrespeitados quaisquer dos seguintes limites financeiros, apurados, trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras auditadas por empresa de auditoria registrada na CVM, a cada publicação das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora:
  - (a) índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (i) não superior a 3,00 desde a Data de Emissão até a data de publicação das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; e (ii) não superior a 2,50 a partir da data da publicação das demonstrações financeiras para o período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2013 até a Data de Vencimento.
  - (b) índice obtido da divisão do EBITDA pelo Resultado Financeiro não inferior a 2,00 desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento.

onde:

“Dívida Líquida” corresponde ao endividamento oneroso total diminuído das disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, onde endividamento oneroso total significa a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros, resultado líquido a pagar (ou receber) de operações com derivativos, avais e garantias prestadas.

“EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases consolidadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do valor das obrigações de concessões e arrendamentos da Emissora efetuados no período, subtraídos do pagamento do arrendamento e concessão, em bases consolidadas.

“Resultado Financeiro” significa os juros acruados, incluindo variações monetárias e cambiais, relativos a financiamentos com instituições financeiras e organismos multilaterais de crédito, inclusive operações de hedge, da Emissora e de suas coligadas consolidadas, menos as receitas obtidas em aplicações financeiras.



16

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





5.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos (i), (iii), (iv), (vii), (ix), (x), (xi), (xii), (xvi), (xix), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

5.3. Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.2 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 7.5.1 e 7.5.2, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for comunicado de sua ocorrência, AGD, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, salvo quando definido quórum específico para o respectivo Evento de Inadimplemento, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida AGD, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.4. Em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, fusão ou cisão da Emissora não dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD, caso a Emissora assegure antes da implementação da incorporação, fusão ou cisão, aos Debenturistas que o desejarem, o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação.

5.5. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a quitar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

5.6. As Debêntures resgatadas em decorrência dos Eventos de Inadimplemento serão canceladas.

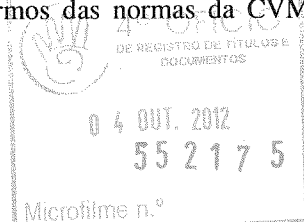
## CLÁUSULA VI

### OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora e cada uma das Intervenientes Garantidoras obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) em até 90 (noventa) dias da data de cada encerramento social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, bem como (ii) declaração da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura de Emissão;
- (b) cópia das demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de



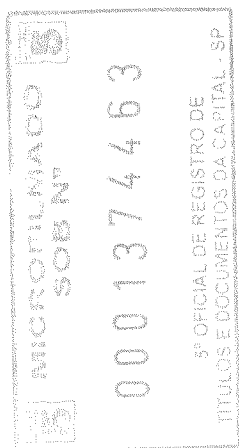
17 **2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, na data de divulgação das demonstrações financeiras de cada trimestre;

- (c) com a mesma periodicidade de envio dessas informações à CVM, as informações previstas na Instrução CVM 480;
- (d) no prazo de 1 (um) dia útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (e) no prazo de 1 (um) dia útil contado das respectivas publicações, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, editais de convocação de assembleias e atas de assembleias e de reuniões do conselho de administração que, de alguma forma, envolvam os interesses dos Debenturistas nas mesmas situações previstas e nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, caso ali não estiverem previstos quaisquer prazos;
- (f) na mesma data em que tomar ciência da sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (g) por escrito, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, confirmação de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (h) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (i) os índices financeiros descritos no item (xxiv) da Cláusula 5.1 em até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização dos balancetes trimestrais pela Emissora, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais índices financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário;
- (j) todos os esclarecimentos adicionais solicitados pelo Agente Fiduciário que se façam necessários para o exercício de sua função; e
- (k) todos os dados financeiros, atos societários e demais documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário, para a elaboração do relatório descrita na Cláusula 7.4.1.(I), os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização de referido relatório à CVM.

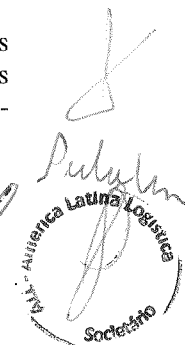


6.1.2. Preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os termos da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 480 e das demais regras emitidas pela CVM, bem como submetê-las a auditoria por auditor registrado na CVM;



18

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





6.1.3. Divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social e mantê-las em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;

6.1.4. Manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, pelo menos anualmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;

6.1.5. Enviar imediatamente à CETIP e demais entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas a negociação, as informações divulgadas na forma das Cláusulas 6.1.3 e 6.1.4;

6.1.6. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

6.1.7. Divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358;

6.1.8. Fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;

6.1.9. Convocar, nos termos da Cláusula 8.1, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Oferta Restrita, caso o Agente Fiduciário não o faça;

6.1.10. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos;

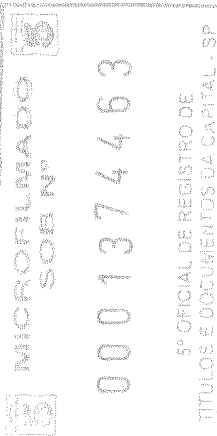
6.1.11. Estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas e investidores ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;

6.1.12. Cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

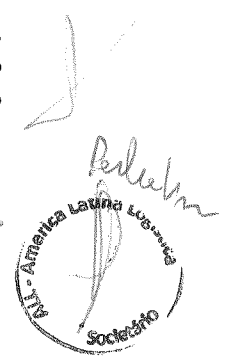
6.1.13. Manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor e/ou prontamente requeridas todas as autorizações e licenças relevantes, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas Afiliadas (assim entendidas as sociedades controladas, controladoras ou sob o mesmo controle da Emissora);

6.1.14. Manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;

6.1.15. Contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, a agência de classificação de risco e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário;



19 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





6.1.16. Contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, a agência de classificação de risco, o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário, a CETIP e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures, devendo, ainda, com relação à agência de classificação de risco: (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento das Debêntures; (b) divulgar amplamente ao mercado e permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco, observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, devendo referida agência ser uma das empresas a seguir: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. ("Standard & Poor's"), Fitch Ratings Brasil Ltda. ("Fitch Ratings"), ou Moody's América Latina Ltda. ("Moody's");

6.1.17. Não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução nº CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterado ("Instrução CVM 400");

6.1.18. Abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, observado o disposto no artigo 12 da Instrução CVM 476;

6.1.19. Abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta Restrita;

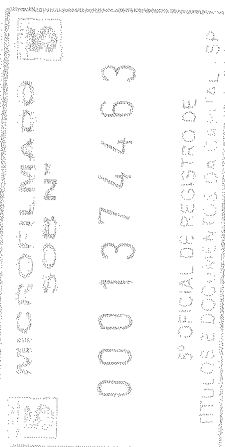
6.1.20. Manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;

6.1.21. Fornecer aos Coordenadores e, por 5 (cinco) anos contados da data de celebração desta Escritura de Emissão, guardar à disposição dos Coordenadores, toda a documentação relativa à Oferta Restrita, bem como apresentá-la, no prazo de até 10 (dez) dias úteis ou em tempo hábil para cumprir com o prazo estipulado por ordem judicial, administrativa ou arbitral, aos Coordenadores, sempre que assim solicitada;

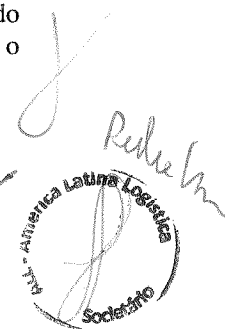
6.1.22. Efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 7.6, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude do cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

6.1.23. Utilizar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.4;

6.1.24. Enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 7.4.1.(I), em até 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social ou no mesmo dia de sua divulgação pelo Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro;



20 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 804  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





6.1.25. Notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer AGD pela Emissora;

6.1.26. Informar à CETIP, o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures;

6.1.27. Comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;

6.1.28. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos que a Emissora entenda como devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

6.1.29. Enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de cada AGD, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à deliberação dos Debenturistas em tal AGD;

6.1.30. Enviar à CVM e à CETIP, no dia em que se realizar cada AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados de tal AGD, cópia da respectiva ata de AGD;

6.1.31. Manter seus bens segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus bens e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;

6.1.32. Não realizar operações com partes relacionadas exceto se em condições equitativas e desde que respeitadas as regras estabelecidas para a manutenção da autorização da Emissora para a negociação na BM&FBOVESPA, nos termos do Regulamento de Listagem ao Novo Mercado;

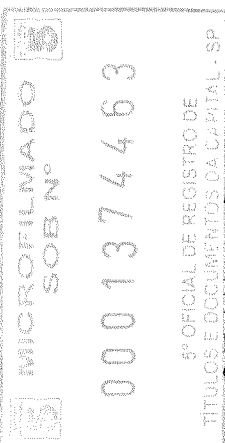
6.1.33. Comunicar imediatamente aos Coordenadores, até a data da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional, que possa afetar a decisão, por parte de investidores, de adquirir as Debêntures, eximindo-os de qualquer responsabilidade pelo não cumprimento do aqui previsto, bem como comunicar aos Coordenadores fatos que possam ser considerados relevantes e que possam implicar a inclusão, exclusão ou alteração dos fatos, informações e declarações constantes nos documentos das Debêntures, e

6.1.34. Comunicar aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e às autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures, de acordo com o previsto na Instrução CVM 358 que prevê as hipóteses de publicações de fatos relevantes.

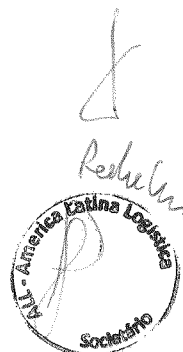
## CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

### 7.1. Nomeação

A Emissora constituiu e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, **C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.



21 **2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





## 7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

7.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$8.000,00 (oito mil reais) cada, sendo a primeira devida no 5º dia útil após a data de liquidação das Debêntures, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores;
- (b) as parcelas citadas no item “a” supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (c) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário nos termos desta Cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.2.1.1 O pagamento da remuneração prevista no *caput* desta Cláusula será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.2.1.2 A remuneração prevista no *caput* desta Cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.2.1.3 Não estão incluídas na remuneração eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ocorrer conforme previsto na Cláusula 7.6.2 abaixo.

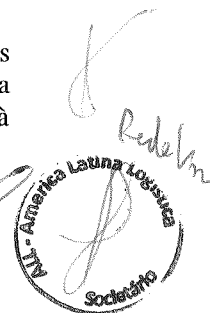
7.2.1.4 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma da Cláusula 7.6 a seguir.

7.2.1.5 Os serviços cobertos pela remuneração prevista na cláusula 7.2.1 “a” são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), na Lei das Sociedades por Ações, nesta Escritura de Emissão e nos demais atos normativos da CVM.

7.2.1.6. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, o Agente Fiduciário receberá, adicionalmente, da Emissora, o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à



22 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





(a) execução das garantias, (b) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (c) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por “reestruturação das Debêntures” os eventos relacionados à alteração: (i) das garantias (se houver); (ii) dos prazos de pagamento; e (iii) das condições relacionadas aos Eventos de Inadimplemento.

### 7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto na Cláusula 7.3.6 a seguir.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observada a Cláusula 7.3.2 acima.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá ser arquivado na JUCEPAR.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

### 7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;



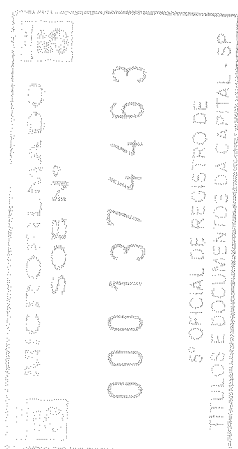
23

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

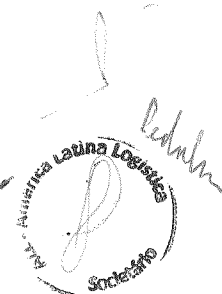




- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que estejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante a órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos na Cláusula 4.8 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - alterações estatutárias ocorridas no período;
  - comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - aquisição facultativa e pagamento de Remuneração realizadas no período;



24 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR







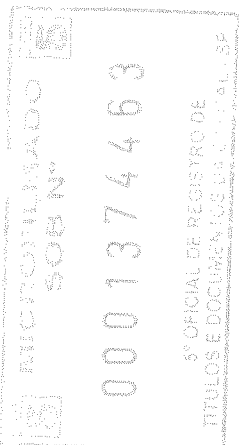
- vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- viii. declaração sobre aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- ix. resgate, amortização e pagamento de Remuneração das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
- x. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

- (a) denominação da companhia ofertante;
- (b) valor da emissão;
- (c) quantidade de debêntures emitidas;
- (d) espécie;
- (e) prazo de vencimento das debêntures;
- (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

(m) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "l" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (m.1) na sede da Emissora;
- (m.2) em seu escritório;
- (m.3) na CVM;
- (m.4) na CETIP; e
- (m.5) na sede dos Coordenadores, na hipótese do prazo para apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

(n) publicar, às expensas da Emissora, mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m" acima;



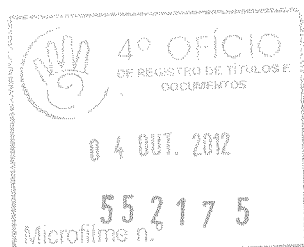


- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, o Agente Escriurador e/ou a CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital, nos termos da Cláusula 4.8. acima, (i) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da data em que tomar conhecimento na hipótese de descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, nos termos da alínea "a" da Cláusula 5.1. acima; (ii) no prazo máximo de 20 (vinte) dias da data em que tomar conhecimento de qualquer outro inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. No prazo máximo de 90 (noventa) dias, comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - q.1) à CVM; e
  - q.2) à CETIP;
- (r) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;
- (s) calcular o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser validado pela Emissora;
- (t) divulgar o Valor Nominal Unitário das Debêntures aos Debenturistas e/ou à CETIP através de seu *website* ou sempre que solicitado;
- (u) emitir quitação dos valores devidos de juros e amortização das debêntures, desde que antes os mesmos sejam confirmados pelo Banco Mandatário;
- (v) verificar e acompanhar a obrigação da Emissora de contratar e manter contratada agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco, nos termos da Cláusula 6.1.16. acima;
- (w) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Oferta Restrita; e
- (x) verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória constituída no âmbito desta Escritura de Emissão, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

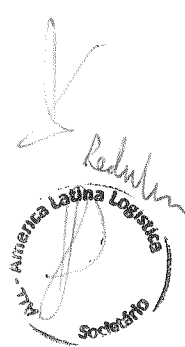
## 7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;



26 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





(c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;  
e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" acima.

7.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.5.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

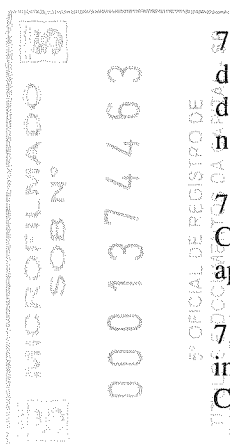
## 7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, desde que devidamente comprovadas, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. As despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação.

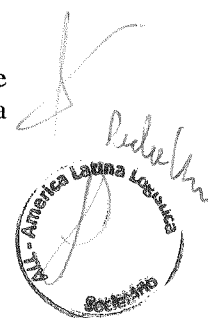
7.6.3. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas mencionadas nas Cláusulas 7.6.1. e 7.6.2. acima para o fim de ser por ela ressarcido em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.3.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 7.6.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora.



27

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





7.6.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.4.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 7.6.4 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em Circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação.

7.6.5. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

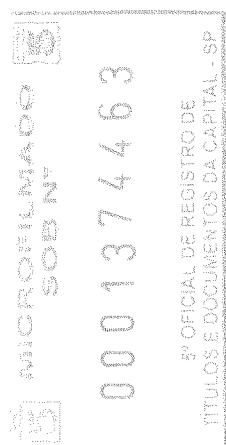
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.

## CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

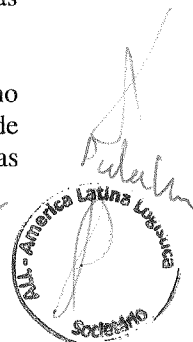
### 8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, no DIOE e no jornal "Gazeta do Povo" e disponibilizado na página da Emissora na rede internacional de computadores ([www.all-logistica.com/port/index.htm](http://www.all-logistica.com/port/index.htm)), respeitadas outras



28º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 509  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.1.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

8.1.5. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.1.7 Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

## 8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

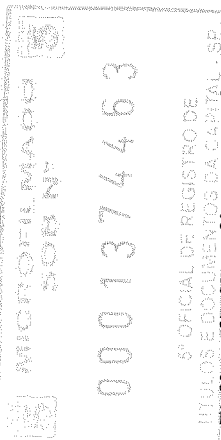
8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quoruns* de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluindo aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

8.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.

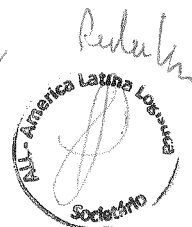
## 8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou aquele que for designado pela CVM.

8.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



29 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





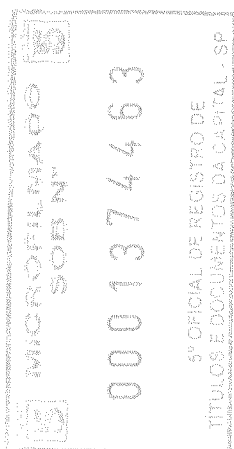
#### 8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento), observado que as alterações referentes à forma, ao resgate e à espécie das Debêntures, bem como os encargos aplicáveis às Debêntures, a periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, na Remuneração e/ou Prazos e condições de Vencimento e/ou Amortização das Debêntures (excetuando-se as alterações na Remuneração e/ou na Amortização decorrentes do disposto nas Cláusulas 4.2.3.2. a 4.2.3.6), bem como dos Eventos de Inadimplemento e/ou dispositivos sobre *quorum* previstos nesta Escritura de Emissão, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

### CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- (c) é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (d) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (e) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (f) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (g) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil, da CVM e de outras autoridades competentes;
- (h) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (i) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (j) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;



30  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

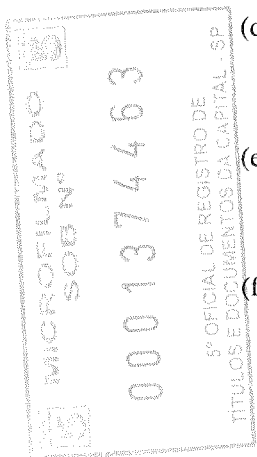


- (k) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (l) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto (i) na 3ª (terceira) emissão de debênture da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.258.944/0001-26, no valor total de R\$166.666.668,00 (cento e sessenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e oito reais), sendo emitida 1 (uma) debênture, com vencimento em 31 de julho de 2018, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da ALL – América Latina Logística S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.387.241/0001-60; e (ii) na 3ª (oitava) emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.962.466/0001.36, no valor total de até R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), sendo emitidas até 160 (cento e sessenta) debêntures, com vencimento em 25 de setembro de 2020, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da ALL – América Latina Logística S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.387.241/0001-60;
- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas da emissão de debêntures indicada no item (l) acima, bem como aos titulares das Debêntures objeto da Oferta; e
- (n) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

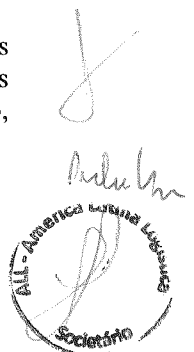
9.1.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

9.2. A Emissora e as Intervenientes Garantidoras, neste ato, declaram e garantem, solidariamente:

- (a) não ter nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) que são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
- (c) que as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm legitimidade e poderes bastante para tanto;
- (d) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras;
- (e) que todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (f) exceto pela concessão do registro das Debêntures na CETIP, a Emissora e as Intervenientes Garantidoras estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças, registros e autorizações necessários à celebração, formalização e cumprimento,



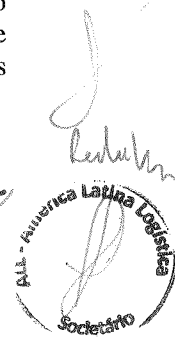
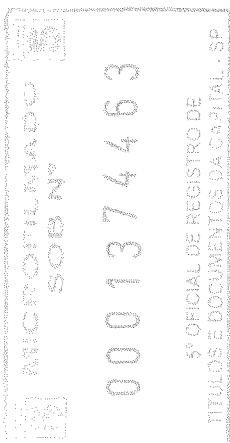
31 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





conforme o caso, desta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (g) que os termos desta Escritura de Emissão não contrariam (a) seus respectivos estatutos sociais; (b) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras sejam parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (c) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (d) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (h) que os termos desta Escritura de Emissão não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, exequível de acordo com seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora e das Intervenientes Garantidoras;
- (j) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, nesta data;
- (k) os documentos e informações fornecidos e a serem fornecidos aos Coordenadores e aos Investidores Qualificados são e serão verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes para os fins da Emissão, e contêm ou conterão todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta Restrita, das Debêntures, da Emissora, das Intervenientes Garantidoras, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes;
- (l) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora e/ou às Intervenientes Garantidoras, fornecidas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras aos Coordenadores e aos Investidores Qualificados, foram dadas corretamente e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (m) as demonstrações financeiras da Emissora e das Intervenientes Garantidoras, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 representam corretamente a posição financeira da Emissora nas datas de sua elaboração e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (n) exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras da Emissora e das Intervenientes Garantidoras, não é, nesta data, de conhecimento da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras a existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;

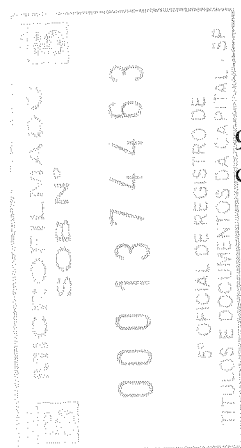




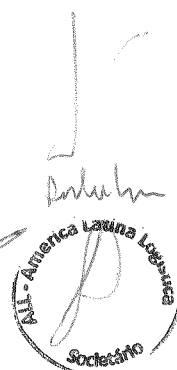


- (o) o registro de companhia aberta da Emissora e das Intervenientes Garantidoras está atualizado perante a CVM;
- (p) não há outros fatos relevantes em relação à Emissora e às Intervenientes Garantidoras, ou às Debêntures cuja omissão, no contexto da Oferta Restrita, faça com que qualquer declaração feita nesta Escritura de Emissão e demais documentos da Oferta Restrita seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica, sendo que, com relação exclusivamente às coligadas, esta declaração limita-se aos fatos que sejam de conhecimento da Emissora em decorrência da sua condição de acionista minoritária dessas coligadas;
- (q) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (r) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (s) inexistente descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral (i) que possa afetar de forma adversa a capacidade da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- (t) nos termos desta Escritura de Emissão, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora e pelas Intervenientes Garantidoras, de suas obrigações exceto (i) pelo registro das Debêntures junto à CETIP, o qual estará em pleno vigor e efeito até a Data de Vencimento; (ii) pela autorização da ANTT; e (iii) pelas renúncias (*waivers*) e/ou autorizações do BNDES;
- (u) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição; e
- (v) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua operação dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

9.2.1. A Emissora compromete-se a notificar em até 05 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, imprecisas ou incorretas.



33 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





## CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

### 10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### 10.2. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

### 10.3. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora :

**ALL – América Latina Logística S.A.**

Rua Emílio Bertolini, 100, Vila Oficinas

CEP 82920-030, Curitiba – PR

At.: Sr. Rodrigo Barros de Moura Campos

Telefone: (41) 2141-7912

Fac-símile: (41) 2141-7484

E-mail: [rodrigo.campos@all-logistica.com](mailto:rodrigo.campos@all-logistica.com)

Para o Agente Fiduciário:

**C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Rua XV de Novembro, nº 270, conj. 601 – Centro

880020-310 Curitiba-PR

At.: Rogério Montefusco A. Pessoa

Tel.: (41) 3014 - 1406

Fac-símile: (41) 3014 - 1400

E-mail: [rogerio@cdinvest.com.br](mailto:rogerio@cdinvest.com.br)

Para as Intervenientes Garantidoras:

**ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A.**

Rua Emílio Bertolini, 100 sala 01, Cajuru

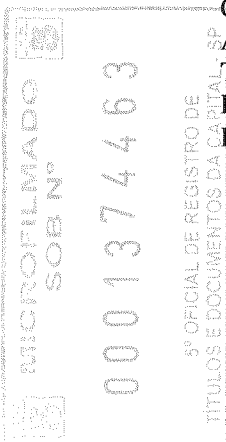
CEP 82920-030 Curitiba – PR

At.: Rodrigo Barros de Moura Campos

Tel.: (41) 2141-7912

Fac-símile: (41) 3365-6566

E-mail: [rodrigo.campos@all-logistica.com](mailto:rodrigo.campos@all-logistica.com)



34

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





**ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A.**

Rodovia Anhanguera, Km 24,2 – sala 04  
CEP 05275-000, São Paulo, SP  
At.: Rodrigo Barros de Moura Campos  
Tel.: (41) 2141-7912  
Fac-símile: (41) 3365-6566  
E-mail: [rodrigo.campos@all-logistica.com](mailto:rodrigo.campos@all-logistica.com)

**ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.**

Rodovia Anhanguera, Km 24,2 – sala 02  
CEP 05275-000, São Paulo – SP  
At.: Rodrigo Barros de Moura Campos  
Tel.: (41) 2141-7912  
Fac-símile: (41) 3365-6566  
E-mail: [rodrigo.campos@all-logistica.com](mailto:rodrigo.campos@all-logistica.com)

**ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A.**

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 2000, sala 308  
CEP 78045-690, Cuiabá – MT  
At.: Rodrigo Barros de Moura Campos  
Tel.: (41) 2141-7912  
Fac-símile: (41) 3365-6566  
E-mail: [rodrigo.campos@all-logistica.com](mailto:rodrigo.campos@all-logistica.com)

Para o Banco Mandatário:

**Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Edydio de Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal  
CEP 04344-902, São Paulo, SP  
At.: Douglas Callegari  
Tel.: (11) 2797-4431  
Fac-símile: (11) 2797-3140  
E-mail: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

Para o Agente Escriturador:

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

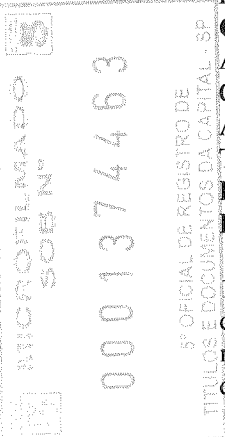
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar  
CEP 04538-132 São Paulo, SP  
At.: Douglas Callegari  
Tel.: (11) 2797-4431  
Fac-símile: (11) 2797-3140  
E-mail: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

Para a CETIP:

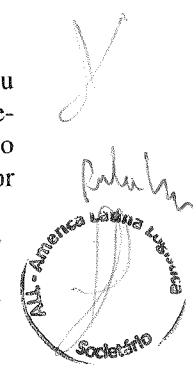
**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
CEP 01452-002 - São Paulo - SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564  
E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

10.3.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por



35 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

#### 10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

#### 10.5. Efeito Vinculante

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

#### 10.6. Independência das Disposições

A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

#### 10.7. Lei Aplicável

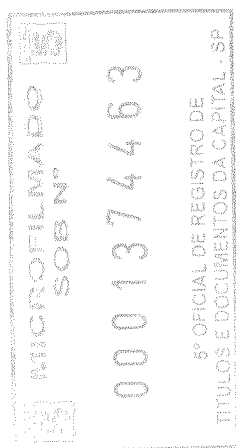
Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### 10.8. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

Curitiba, 25 de setembro de 2012.



36º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



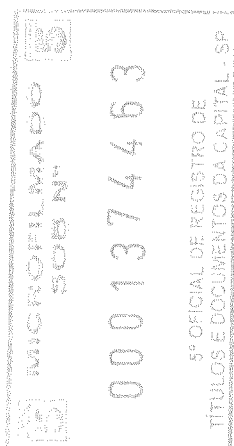


*Página de assinaturas da Escritura Particular da 10ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da ALL – América Latina Logística S.A. – página 1 de 7*

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**

Nome: Rodrigo Campos  
Cargo: Diretor

Nome: Marcos Rodrigues  
Cargo: Diretor



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

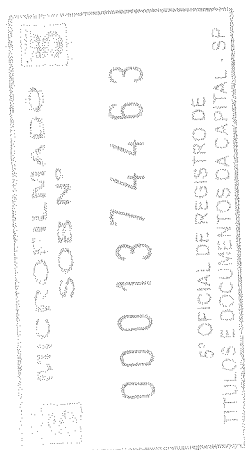




*Página de assinaturas da Escritura Particular da 10ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da ALL - América Latina Logística S.A. - página 2 de 7*

**C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome:  
Cargo: **ANTONIO PEIXOTO CHEREM**  
Diretor Geral



38


**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50ª  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR




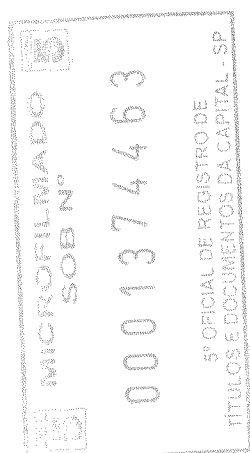


*Página de assinaturas da Escritura Particular da 10ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da ALL – América Latina Logística S.A. – página 3 de 7*

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A.**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Rodrigo Campos  
Cargo: Diretor

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Marcos Rodrigues  
Cargo: Diretor



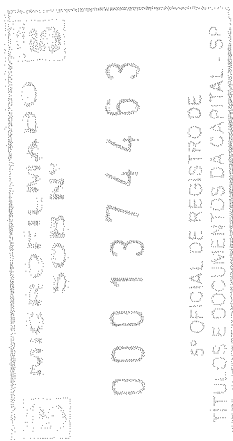
39

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



[illegible]

Nome: Marcos Rodrigues  
Cargo: Diretor







*Página de assinaturas da Escritura Particular da 10ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da ALL – América Latina Logística S.A. – página 5 de 7*

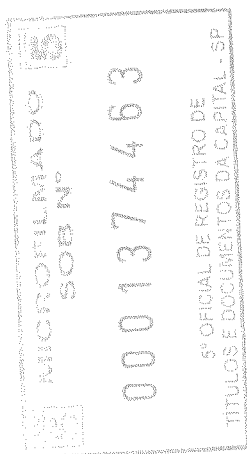
**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.**

  
DIRETOR

Nome: Rodrigo Campos  
Cargo: DIRETOR

  
DIRETOR

Nome: Marcos Rodrigues  
Cargo: DIRETOR



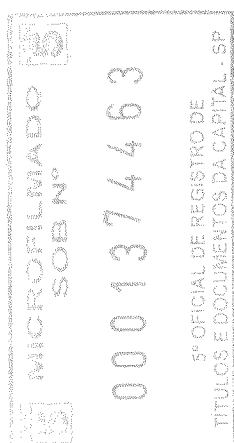


*Página de assinaturas da Escritura Particular da 10ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da ALL - América Latina Logística S.A. - página 6 de 7*

**ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.**

DIRETOR  
Nome: Rodrigo Campos  
Cargo: Diretor

DIRETOR  
Nome: Marcos Rodrigues  
Cargo: Diretor



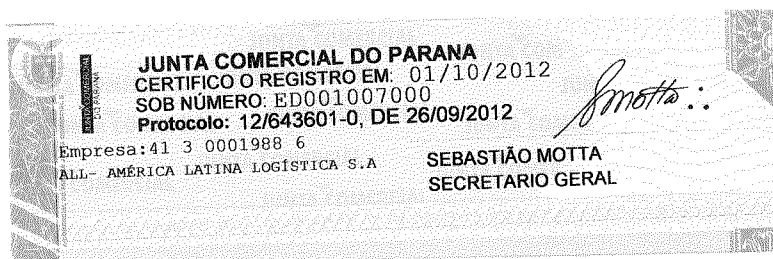


Página de assinaturas da Escritura Particular da 10ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da ALL - América Latina Logística S.A. - página 7 de 7

#### TESTEMUNHAS:

Nome: Pedro Vilhena Lima de Albuquerque  
RG: 2000010110993  
CPF: 658 526 483 - 53

Nome: Michel Xossif Chonich  
RG: 8.486.825-6  
Cpf: 045.085.669-01



**CUSTAS**  
REGISTRO R\$ 143,82 (VRC 1020)  
FUNARPEN R\$ 0,67 (VRC 4,76)  
FUNREJUS R\$ 5,65 (VCR 40)  
MICROFILME R\$ 0,42 (VRC 3)

4º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
FONE: 3015-8100

Protocolado sob o número

552-175

Registrado sob o número

498-559

Protocolado e Registrado na data de

4/10/2012

Curitiba - PR

João Manoel de Oliveira Franco-Titular  
Maria Augusta de O. Franco-Substituta  
Rosário Margas-Escriturante

Funarpen - Lei 13.228 de 18/07/2001  
Selo Digital nº 973931AAAAAF  
Controle 5E5867



#### 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e

Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.566.528/0001-60

Rua XV de Novembro, 244 - 8º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 7.453,13 Protocolado e prenotado sob o n. **1.374.463** em  
Estado R\$ 2.118,26 **15/10/2012** e registrado, hoje, em microfilme  
Ipsesp R\$ 1.569,08 sob o n. **1.374.463**, em títulos e documentos.  
R. Civil R\$ 392,27 São Paulo, 15 de outubro de 2012  
T. Justiça R\$ 392,27

Total R\$ 11.925,01

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Artur Veneroso Max Ferreira - Oficial Designado  
Jadriel Guimarães de Oliveira - Douglas Lourenço R. Fraga

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

